

# O Brasil e o Novo Modelo de Desenvolvimento da China

Carlos Nayro Coelho (1)

## 1 - INTRODUÇÃO

Após a implantação do regime comunista em 1949, a China adotou o modelo político-econômico socialista baseado na eliminação da propriedade privada, no planejamento centralizado e no domínio do Estado sobre todas as atividades econômicas.

Embora, como nos demais países comunistas, o sistema econômico estatizado não tenha mostrado dinamismo suficiente para livrar o país dos seus problemas crônicos de subdesenvolvimento(2), a verdade é que as regras político-sociais e as preocupações (típicas dos regimes socialistas) com a área social criaram uma estrutura produtiva altamente organizada e disciplinada, necessitando apenas de uma motivação econômica forte para iniciar a "decolagem" no processo de desenvolvimento.

Essa motivação econômica surgiu em 1979, com a reforma promovida por Deng Xiaoping, a qual como primeiro passo rompeu o invólucro autárquico/estatizante da antiga política econômica, adotando mecanismos de mercado na frente doméstica e abrindo o mercado chinês para

investimentos estrangeiros e para o comércio exterior.

Os resultados foram surpreendentes. De um país atrasado, preponderantemente agrícola, com grande parte da população analfabeta e lutando pela mera sobrevivência, a China em 15 anos tornou-se um país trepidante, com taxas surpreendentes de crescimento econômico e performance invejáveis no comércio exterior. Mantidas as atuais tendências, as projeções indicam que em poucas décadas a economia chinesa pode se tornar a maior do mundo.

Nesse contexto, como o Brasil pode tirar lições e vantagens do modelo econômico chinês, não somente em termos de comércio, mas também em termos das questões fundamentais que envolvem o próprio processo de desenvolvimento e de transição, para uma economia de mercado que aparentemente está sendo solucionada na China?

Este trabalho tem justamente como objetivo central mostrar e analisar todos os aspectos relacionados com o recente surto de desenvolvimento chinês e identificar áreas, segmentos e ações de política econômica que eventualmente possam interessar ao Brasil.

## 2 - O GRANDE PASSO PARA A FRENTE DA ECONOMIA CHINESA

### 2.1 - Aspectos Geopolíticos e Sociais

A China tem 9.560.990 km<sup>2</sup> de superfície e uma população de 1,2 bilhão de habitantes. Desse total, cerca de 900 milhões (78%) ainda vivem no meio rural, sendo que 200 milhões são produtores. Em 1993 a população economicamente ativa na agricultura era estimada em 332 milhões (60% do total).

A China continental estende-se numa faixa superior a 60° de longitude e, em termos de latitude, vai desde o Trópico de Câncer até as imediações do paralelo de 55° (ver mapa anexo). Dois terços do território chinês são constituídos de elevações superiores a 1.000 m, sendo que as maiores altitudes ocorrem na porção Centro-Oeste do país, onde estão localizadas as montanhas mais altas do planeta. Os principais rios procedem dessa área montanhosa da Ásia Central (e desembocam no Pacífico). Apenas três drenam e irrigam quase todo o território chinês: o Huang Ho (Amarelo) o Yangtze (Azul) e o Hsi Chiang (Occidental). Por sua extensão, área das bacias e extensão, são vitais para a atividade agrícola e abastecimento de água. Os outros sistemas de drenagem importantes são os da planície nordestina (Mandchúria), os da planície setentrional, os da planície do médio e baixo Yangtze, os da bacia do Tarim ao norte do planalto tibetano e os da bacia do Dzungaria. Essas bacias são alimentadas por chuvas abundantes, mas irregulares, o que ocasiona cheias catastróficas ou prolongadas estiagens.

Devido ao relevo, posição geográfica, e aos deslocamentos das massas de ar que comandam o clima, a China tem duas regiões com caracte-

(1) Técnico do DEPLAN/SPA/MA.

(2) Para se ter uma idéia basta notar que em 1950 as rendas per capita da China, Taiwan e Hong-Kong eram praticamente iguais. Hoje a de Taiwan é 30 vezes maior e a de Hong-Kong, 35 vezes.

terísticas climáticas bem distintas: a região ocidental, na Ásia Central, com clima desértico frio, chuvas escassas e temperaturas baixas, e a da região oriental, onde o verão é quente e chuvoso e o inverno é rigoroso e seco. As temperaturas médias de julho (verão) chegam a 18°C no sul (Hainan); no inverno, a 4°C (Pequim) e 14°C em Cantão.

Em geral o regime pluviométrico da China é do tipo tropical. O comum é a ocorrência de grandes precipitações (chegam a atingir 450 mm em 24 h) seguidas de longos períodos de estiagem. Poucas regiões recebem chuvas regulares. O índice pluviométrico decresce do sul para o sudeste e do norte para o noroeste: mais de 2.000 mm no extremo sul, perto de 1.000 mm na região do Yangtze e menos de 500 mm além de Shantung. Antes, as mudanças climáticas eram consideradas exclusivamente como decorrência das monções. Hoje sabe-se que sofrem influência das massas polares e de mudanças nas posições das áreas ciclônicas.

A população do país (22% da do globo), apesar de heterogênea, possui características comuns que lhe dão certa identidade. Em termos étnicos, os chineses são mongolóides. O grupo han, ou chineses propriamente ditos, a despeito de sua complexa formação, apresentam traços físicos, língua e costumes idênticos, e constituem 94% da população. As minorias étnicas (coreanos, mandchus, mongóis, tibetanos etc.), apesar de ocuparem 60% do território (3), representam apenas 6% da população.

O País divide-se em 29 unidades administrativas, sendo 21 provinciais, 5 regiões autônomas e 3 municipalidades especiais sob controle do governo central (Pequim, Sanghai e Tientsin). As províncias são, com poucas diferenças, as mesmas da China Imperial. Subdividem-se em 175 municipalidades comuns e cerca de 2.000 unidades ad-

ministrativas menores. As municipalidades compõem-se de distritos e as unidades administrativas menores de vilas administrativas e aldeias, em número aproximado de 100.000.

Com a vitória dos comunistas em 1949, a China não estabeleceu de imediato uma constituição formal. Até 1954, quando se adotou a primeira constituição, o país foi governado com base em leis orgânicas promulgadas pela Conferência Política Consultiva do Povo Chinês.

Em 1975 o IV Congresso Nacional do Povo aprovou nova constituição com um preâmbulo programático e trinta artigos grupados sumariamente em quatro capítulos.

A reforma econômica de Deng, apesar de iniciada em 1979, só foi institucionalizada em dezembro de 1982 pelo V Congresso Nacional do Povo, mediante a aprovação de outra constituição.

Apesar de permitir a adoção de princípios capitalistas na economia, essa constituição manteve os mecanismos socialistas de condução do processo político caracterizado pelo papel dominante do poder central e pela ausência de liberdade política. A própria constituição define a China como um "estado socialista de ditadura democrática do povo, dirigido pela classe trabalhadora e baseado na aliança de operários e camponeses".

O Congresso Nacional do Povo (CNP) é o órgão supremo do Estado chinês. Seus membros, pertencentes ao partido comunista, são eleitos periodicamente; as províncias, as regiões autônomas e as municipalidades são subordinadas diretamente ao Governo Central. O Presidente da República é eleito por um período de cinco anos e exerce a função de Chefe de Estado. O Primeiro Ministro é escolhido pelo Comitê Central do Partido.

Dada a complexidade da relação de poder na China, muitas ve-

zes o detentor do poder de fato não exerce funções administrativas no aparelho estatal, como foi o caso de Mao Tse-Tung que comandou a China mais como presidente do Comitê Central do Partido Comunista e de Deng Xiaoping que nunca demonstrou preocupação em exercer funções formais na administração.

A criação de uma força de trabalho eficiente e disciplinada, que permitiu parte do sucesso das reformas econômicas, deve-se também, em grande parte, aos grandes investimentos realizados pelo Estado em saúde e educação e à adoção de uma política sévera de controle demográfico.

Estima-se que o crescimento anual da população chinesa esteja em torno de 15 milhões. Em 1970 registravam-se 33 nascimentos por 1.000 habitantes. Em 1985 essa taxa caiu para 17,8. Em 1995 estima-se que tenha decrescido para 14 por 1.000 habitantes.

Apesar desses esforços, o objetivo inicial do governo de estabilizar a população em 1 bilhão por volta do ano 2000 não foi alcançado, pois já em 1995 a população estimada ultrapassou 1,2 bilhão.

A densidade média está em torno de 140 habitantes por km<sup>2</sup>. Em 1986 era 112 habitantes. As regiões montanhosas e os planaltos do oeste e noroeste apresentam extensas áreas desocupadas ou com baixo índice de ocupação, com menos de 1 habitante por km<sup>2</sup>. Já nas planícies costeiras do norte e do sul e nos vales médio e inferior do Rio Yangtze a densidade cresce para 500 e 750, respectivamente. As regiões mais densamente povoadas são as planícies de Chengtu e o delta do Hsichiang, onde o índice por km<sup>2</sup> supera 1.250.

A população chinesa é constituída na maioria por jovens. Cerca de 63% têm menos de 30 anos, 46% menos de 20 anos e 9% menos de 4 anos.

O sistema educacional é baseado no dualismo trabalho/estudo

(3) Localizados principalmente num deserto da Mongólia e do Sinkiang, nas florestas do Grande e Pequeno Khingan, nas estepes de Tibet e nas montanhas e planaltos elevados.

adotado na década de 50, com ênfase nos cursos primário, secundário e profissionalizante. O ensino é descentralizado. As comunidades locais são responsáveis pelo funcionamento das escolas. Cerca de 17% do orçamento nacional destina-se à educação. Estima-se que 230 milhões de chineses estão matriculados nas escolas primária e secundária e apenas 1.800.000 freqüentam as universidades. O índice de analfabetismo que era de 50% na década de 70 caiu para menos de 10% em 1995.

O sistema de saúde foi montado em torno da obsessão do novo regime comunista com higiene e saúde pública. Assim, substituiu-se a falta de higiene e o grande volume de sujeiras que caracterizava o dia-a-dia do povo chinês nas primeiras décadas do Século XX pela adoção de um programa rigoroso de higiene e limpeza, envolvendo de forma mandatória todos os segmentos da população. Os resultados foram imediatos. Em 1949 a taxa de mortalidade infantil era de 200/1.000. Na década de 50 caiu para 40/1.000 nas cidades e 100/1.000 no meio rural. Na década de oitenta caiu para menos de 30/1.000.

## 2.2 - As Bases Econômicas

A implantação do comunismo em 1949 trouxe profundas modificações no sistema econômico chinês. Seguindo o modelo soviético, todas as atividades de produção e distribuição passaram a ser executadas por órgãos pertencentes ao Estado (4) e as metas econômicas estipuladas em planos quinquenais.

Embora o governo tenha conseguido grandes avanços na área social e transformado a China em um país politicamente monolítico, a verdade é que (a exemplo dos seus parceiros comunistas) a economia chi-

nesa jamais atingiu um padrão de transformação e crescimento comparável ao dos países capitalistas vizinhos, capaz de fazê-la superar etapas, mesmo elementares do desenvolvimento econômico.

Assim, mesmo dispondo de mão-de-obra abundante e disciplinada e de uma profusão de recursos naturais, os problemas de defasagem tecnológica, baixa produtividade e qualidade industrial nunca foram vencidos pelo governo chinês. Mesmo na agricultura, somente a custo de muito esforço (incluindo a manutenção obrigatória de grande parte da população na agricultura) e muitas importações foi possível evitar a ocorrência generalizada de fome. Entre 1978 e 1984, por exemplo, a China chegou a importar quase 90 milhões de toneladas para suprir o consumo interno.

A estratégia de desenvolvimento do regime socialista definida nos planos quinquenais tinha como objetivo o aumento da produção global, notadamente através do processo de industrialização acelerada e, como prioridade, a indústria pesada. O primeiro plano quinquenal estabeleceu como meta a instalação de 3.000 projetos industriais distribuídos geograficamente de maneira racional (conforme o plano) pelo território chinês, obedecendo a parâmetros preestabelecidos. Desses projetos, 644 concentraram a maior soma de investimentos e 48 deles estavam ligados ao complexo siderúrgico de Anchan.

Devido à desorganização da economia chinesa existente antes da revolução e à quase inexistência de uma base industrial, nos primeiros anos o processo de industrialização foi considerado um grande sucesso, mesmo em escala mundial. Em pouco tempo a indústria de bens capital desenvolveu-se carregando consigo

a produção de máquinas agrícolas, equipamentos de mineração e metalurgia, material elétrico, veículos, locomotivas, navios etc.

A exploração petrolífera e a produção de energia elétrica também foi iniciada em grande escala após a implantação do novo regime.

Durante a década de setenta a China passou a ser grande produtora de petróleo, com reservas calculadas em 11 bilhões de toneladas(5), localizadas notadamente na região autônoma de Sinkiang e nas províncias de Heilungkiang e Kansu. O carvão, principal recurso mineral do país, é encontrado sobretudo na Mandchuria meridional e no Norte.

Embora as jazidas de ferro não sejam de grande porte nem de boa qualidade, a distribuição no país é adequada e novas minas continuam a ser descobertas e exploradas. Existe também a exploração de outros minérios como estanho, bauxita, antimônio, cobre, mercúrio, zinco, chumbo e outros.

Talvez se não tivesse ocorrido o desenvolvimento rápido e abrangente de novas tecnologias em todas as áreas do conhecimento humano (principalmente após a Segunda Guerra Mundial), aproveitado de forma igualmente rápida e eficiente pelos países capitalistas, a China teria sido um modelo de desenvolvimento socialmente equilibrado. Praticamente 40% da população foi tirada (em pouco tempo) da mais profunda miséria e desorganização econômico-social por um novo sistema que eliminou problemas de fome crônica, doenças endêmicas, analfabetismo etc. (que por séculos assolaram o povo chinês), organizou a estrutura econômica, promoveu a unidade político-administrativa e transformou a China em um país respeitado, inclusive como potência militar no concerto das nações.

(4) Na agricultura, apesar do domínio estatal e das cooperativas, subsistiram algumas propriedades particulares individuais e até mesmo formas de domínio patronal, mas de importância econômica insignificante até as reformas econômicas.

(5) Percebendo a impossibilidade de explorar as jazidas existentes sem capital externo, o governo chinês encarregou as próprias empresas estatais de quebrar o monopólio na produção e atrair investimentos estrangeiros. Hoje o sistema de exploração de petróleo tem 55 empresas estrangeiras e os contratos de cessão (firmados e supervisionados, pelas estatais) podem durar até 30 anos. Em 1996 a produção chegou a 146 milhões de toneladas, atrás apenas da Arábia Saudita, EUA, Rússia e Irã.

Todavia, devido à incapacidade de o sistema socialista compreender com rapidez que certas características da natureza humana (principalmente no tocante ao individualismo) estão enraizadas na cultura dos povos por milhares de anos (e portanto são de difícil mutação) e que as leis econômicas são reflexos do comportamento humano, logo o lado econômico do sistema começou a entrar em descompasso, mostrando evidentes sinais de estagnação, ineficiência e atraso tecnológico, principalmente se comparado com os países capitalistas vizinhos como o Japão, Coréia e Taiwan.

Somente depois de trinta anos (1979) é que a cúpula do Governo, já com nova liderança (Deng), decidiu promover profundas reformas na economia chinesa para evitar o colapso do regime socialista, que na realidade ocorreu com o da União Soviética e satélites dez anos depois.

As reformas de Deng (que em síntese representam um choque capitalista na economia chinesa) tiveram duas variantes: uma dirigida ao setor agrícola, no sentido de restaurar o conceito da agricultura familiar (isto é, ter novamente a família como a principal unidade de produção) e deixar os preços agrícolas serem fixados pelo mercado.

A segunda variante teve como objetivo abrir a economia chinesa para o mercado internacional, no sentido de liberar mais o comércio com outros países e abrir (com algumas cautelas) o país para investimentos estrangeiros.

Ao contrário da variante agrícola, aquelas foram bem mais seletivas para evitar nacionalmente o "risco capitalista". Em primeiro lugar liberou-se as províncias costeiras (ver mapa). Cerca de 14 cidades ao longo da costa ganharam o "status" de "cidades abertas" com incentivos fiscais para investimentos estrangeiros e certas liberdades de comércio. Criou-se, também, cinco "zonas

econômicas especiais" ainda com maiores privilégios.

Essas reformas foram institucionalizadas na constituição de 1982. Contudo, em 1984 o governo adotou novas medidas liberalizantes, permitindo a introdução do conceito de lucro nas empresas, ampliando a liberalização da agricultura e permitindo o salário diferenciado por mérito, cargo ou função. Em 1985 novas leis permitiram o sistema de cartões de crédito, a abolição das comunas agrárias (criadas por Mao em 1958), a eliminação do emprego vitalício (substituídos por contratos de trabalho), além da estimulação à pesquisa científica.

Os efeitos do "choque capitalista" de Deng na economia chinesa nos últimos dezesseis anos mostram que o "grande salto para a frente," largamente apregoado pela máquina de propaganda chinesa nos tempos de Mao-Tse-Tung, foram apenas pequenos pulos econômicos dados a custo de muito esforço e sacrifícios, mas sem gerar os efeitos dinâmicos necessários para transformar estruturalmente uma vasta economia como a chinesa<sup>(6)</sup>.

Dessa forma, pode-se dizer que o "grande salto para a frente" da economia chinesa ocorreu de fato a partir das reformas econômicas de 1979.

Já na década de 80 o crescimento do produto real chinês e das exportações superou largamente o de seus dois grandes vizinhos (Índia e ex-URSS), chegando a alcançar as taxas dos "tigres asiáticos" (Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong). Entre 1979 e 1995 o PIB chinês primeiramente dobrou e depois quadruplicou. Os investimentos estrangeiros chegaram a mais de 121 bilhões de dólares em 1993, cifra só superada pelos investimentos nos Estados Unidos. No comércio internacional a China passou para o 11º lugar. Em 1997, quando receber de volta da Grã-Bretanha o território de Hong Kong, deve passar para o 4º

lugar, perdendo apenas para os Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Após as reformas de 1979 estima-se que mais de 200 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta para a sociedade de consumo. Em lugares que, na década de 70, milhões de pessoas tinham como objetivo de vida apenas uma tigela de arroz e um lugar para dormir, hoje florescem verdadeiros mercados governados pela lei da oferta e de procura, com grande profusão de produtos.

Ainda que de uma forma ou de outra toda a economia chinesa tenha sido atingida pelos ventos da reforma, a verdade é que metade dela continua a funcionar dentro das regras socialistas, principalmente em setores como telecomunicações, finanças e indústria pesada. Todavia a experiência altamente positiva de liberalização da agricultura com a eliminação das comunas rurais (que reuniam mais de 800 milhões de pessoas), junto com o sucesso da desregulamentação, quebrou a resistência dos setores anti-reformistas e a tendência é aumentar cada vez mais a abrangência do processo de liberalização.

Em síntese, o modelo de desenvolvimento da China está assentado no seguinte tripé: a) liberalização da agricultura; b) concentração de mão-de-obra barata e disciplinada; c) grandes incentivos fiscais para o capital estrangeiro.

A liberalização da agricultura mudou radicalmente a posição da China no setor. De importadora contumaz de alimentos, sempre ameaçada de fome epidêmica, já na segunda metade dos anos 80 o país passou a importar cada vez menos, e no período entre 1991 e 1994 tornou-se exportador líquido em quase 11 milhões de toneladas. A produção de grãos cresceu de 240 milhões de toneladas em 1979 para 420 milhões em 1995.

A mão-de-obra barata, os incentivos fiscais e a desregulamen-

(6) As grandes vitórias ocorreram na área industrial. Na agricultura os resultados foram desastrosos. Na década de 60, a China enfrentou séria crise de fome que atingiu milhões de camponeses.

tação transformaram completamente as regiões costeiras abertas ao capital externo. O trabalhador chinês ganha dez vezes menos que o coreano e vinte vezes menos que o japonês. Por causa disso, Hong Kong já transferiu grande parte de sua indústria para a vizinha província chinesa de Cantão, e a China já domina hoje o comércio de brinquedos, de têxteis e começa a dominar o de calçados. Dentro de quatro anos espera exportar mais de 100 bilhões de dólares de produtos eletrônicos, podendo tornar-se o maior exportador do mundo de TV em cores, peças de automóveis, telefones celulares, geradores e "scanners" para tomografia computadorizada.

Em 1979 a cidade de Shenghen, situada na fronteira com Hong Kong, tinha pouco menos de 100.000 habitantes e sua economia dependia da pesca e agricultura. Em 1991 já registrava mais de 2 milhões de habitantes e atualmente conta com quase 3,5 milhões. A renda per capita passou de US\$ 2.200,00 (a da China é 450 dólares). Na província do Guangdong (onde fica Shenghen), com quase 70 milhões de pessoas, o valor da produção agrícola/industrial era 13,8 bilhões de dólares em 1980. Em 1990 passou para 44,2 bilhões e em 1995 estima-se que tenha ultrapassado 105 bilhões de dólares, ou seja, mais de 100% de crescimento em cinco anos.

Nas demais províncias costeiras "liberadas" o quadro é semelhante. Fujian (45 milhões de habitantes), por exemplo, em meados de 1970, era uma das províncias mais pobres da China. Hoje, depois de Guangdong, é a que mais recebe investimentos estrangeiros. Xiamen (que é a zona econômica especial) passou de uma cidade morta em 1985 para uma cidade palpitante, que a partir de 1989 vem crescendo a taxas superiores a 20% ao ano.

Embora o choque capitalista de Deng tenha obviamente deflagrado esse processo, junto com os demais fatores discutidos anteriormente, as raízes étnico-culturais chinesas,

que dominam o cinturão populacional ao longo da costa, também contribuíram para o sucesso do modelo. Assim, 50 milhões de chineses que vivem nas vizinhanças da China (principalmente em Taiwan, Hong Kong, Cingapura e Malásia) produzem um volume de riqueza correspondente a mais de 80% do PIB chinês (550 milhões de dólares), fazendo com que a força econômica chinesa no exterior seja superada apenas pelo Japão. Como consequência, entre os investidores estrangeiros a grande maioria é de chineses estrangeiros. Em Fujian dos 4.000 projetos estrangeiros aprovados em 1990, no valor de 3,5 bilhões de dólares, Taiwan e Hong Kong participaram com quase 70%. Dos 15.000 projetos para Guangdong (no valor de 20 bilhões de dólares) 80% vieram de Hong Kong, com firmas de Taiwan em segundo. Nesta província calcula-se que menos de 20% da economia continua nas mãos do Estado.

As empresas de Hong Kong empregam mais de 2 milhões de trabalhadores (na própria Hong Kong empregam 700.000), as exportações (quase que totalmente realizadas através de Hong Kong) contribuem com mais de 2/3 do produto total.

A produtividade dos trabalhadores no sul da China é compatível com a de Taiwan, embora recebam bem menos e os vínculos empregatícios sejam inexistentes. Qualquer um pode ser demitido a qualquer hora sem problemas legais.

O governo de Taiwan não permite comércio e investimentos diretos na China. A quase totalidade é feita por intermédio de Hong Kong. Calcula-se que o comércio bilateral, que era praticamente inexistente em 1978, deva atingir mais de 10 bilhões em 1995.

### 2.3 - As Políticas Macroeconômicas

A Comissão de Planejamento do Estado (CPE) é o órgão do governo chinês responsável pela formulação da política macroeconômica

do país. Atualmente, a grande preocupação do CPE está em mudar o perfil do processo de industrialização implementado com as reformas, que se concentrou nos têxteis, brinquedos etc., trazendo para o século XXI dentro do sistema "joint venture" as cinco indústrias consideradas pilotos: automobilística, eletrônica, petroquímica, maquinário e construção civil. O objetivo é fazer com que os grupos locais se fundam com grandes grupos internacionais nos moldes do CHAEBOL (conglomerados) coreanos.

Para atingir esse objetivo o governo está executando uma bem administrada estratégia que consiste em praticamente cobrar uma "entrada" pelo acesso ao mercado chinês em franca expansão e dificultar de forma crescente as importações diretas dos produtos das cinco indústrias mencionadas. Na indústria automobilística as regras anunciadas em meados de 1994 são particularmente duras: a tarifa de carro de passeio é 100% e no lugar de vender diretamente aos consumidores, os fabricantes estrangeiros precisam negociar com as "tradings" estatais. Como resultado, nos primeiros meses de 1995 as importações caíram 60%, enquanto a venda de veículos domésticos subiu 74%. As regras prevêm que até o ano 2000 apenas mais uma montadora pode se instalar no regime "joint venture".

Na área de eletrônicos, visando forçar a transferência de tecnologia, as novas regras estipulam que todos os novos projetos envolvendo computadores, máquinas de fax, eletrodomésticos e celulares devem aplicar tecnologia de última geração e exportar 70% da produção. Logo essas regras devem ser estendidas para produtos químicos e maquinários.

Como foi dito, a estratégia de industrialização da China entre 1949/1979 teve como prioridade a indústria pesada. No período os salários em todas as atividades foram mantidos em níveis baixos. Em troca, o governo fornecia alimentos, mora-

dia e serviços públicos, também a preços baixos.

Para manter o sistema econômico em equilíbrio e garantir o fornecimento de matérias-primas para as indústrias estatais a preços baixos, o governo controlava rigorosamente a produção e distribuição de quase todos os produtos primários. Os preços baixos dos alimentos para os centros urbanos (onde as indústrias estavam sendo instaladas) eram garantidos pelo estabelecimento mandatório de quotas e fixação dos preços agrícolas bem aquém dos preços internacionais.

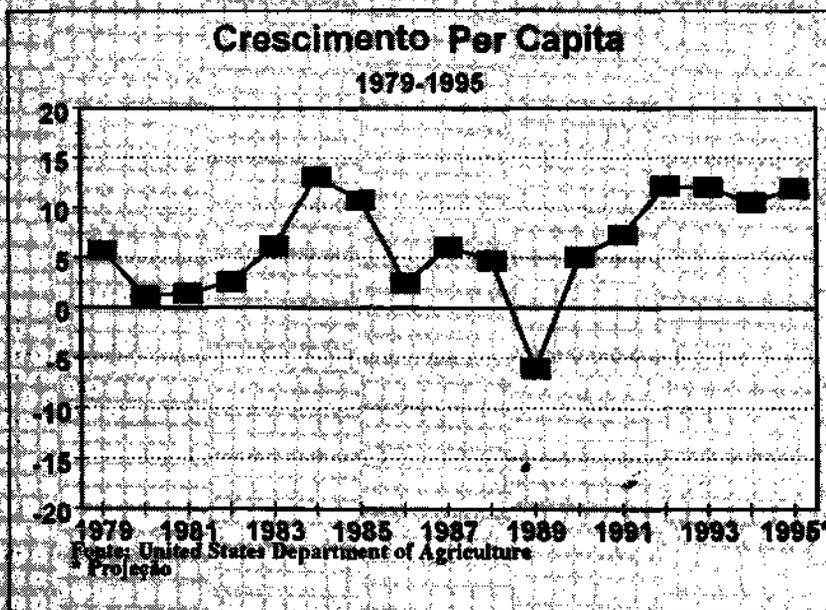
Essa estratégia de colocar o fardo da industrialização na agricultura, além de não trazer os resultados esperados no setor industrial (que continua a exigir cada vez mais transferências do Estado), penalizou e praticamente estrangulou o setor primário.

O primeiro passo da reforma de 1979 foi então "desonerar" a agricultura, dando maior liberdade aos agricultores e obrigando as empresas estatais a serem mais competitivas, cada uma sendo responsável por seus próprios lucros e perdas. Fora das regiões costeiras, onde estão localizadas as Zonas Econômicas Especiais, as empresas estatais ainda dominam o setor industrial.

O impacto das reformas de 1979 no crescimento do PIB chinês é surpreendente. Mesmo considerando a queda em virtude do arrocho monetário, o PIB cresceu em 6% ao ano entre 1979 e 1991, quatro vezes mais do que o período entre 1952 e 1978. O gráfico 1 mostra a taxa de crescimento per capita do produto real entre 1979 e 1995.

Em termos de políticas macroeconômicas, o período pós-reformas pode ser dividido em cinco fases. A primeira (1979-84) foi dominada pelas mudanças na agricultura. Em 1978 o trabalhador rural ganhava apenas 15% do urbano. Cinco anos mais tarde aumentou para 25%. O aumento na produtividade rural liberou mão-de-obra, que contribuiu para o rápido crescimento industrial.

Gráfico 1

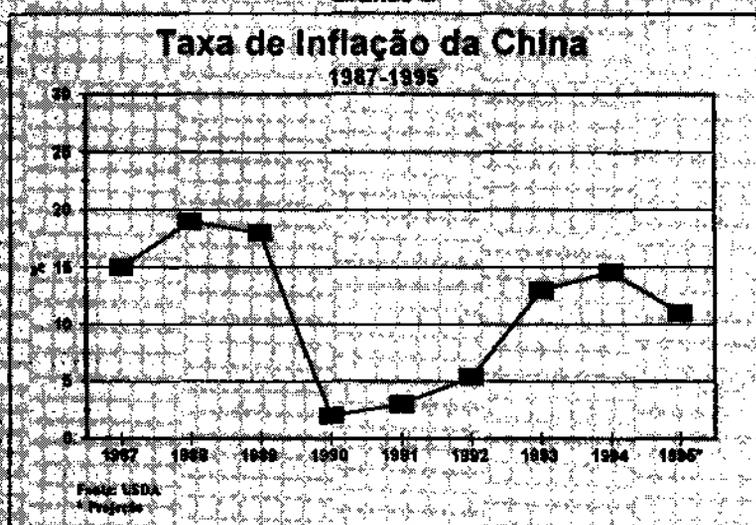


Em 1984 o crescimento do PIB atingiu a taxa real de 14,7%.

O segundo período vai de 1985 a 1988 e caracterizou-se pela aplicação de novas políticas de liberalização nas matérias-primas não essenciais e produtos agroindustriais. Naquele período o crescimento do setor agrícola foi bem menor (a renda real do trabalhador rural cresceu apenas 3% ao ano, comparado com 5% para os trabalhadores industriais e 10% para os de serviços). O PIB real cresceu à taxa de 6%.

A necessidade de aumentar a oferta de moeda para implementar o programa econômico, fez crescer gradativamente a inflação, que "explodiu" em 1988, quando a taxa atingiu 25% ao ano no segundo semestre. Nesse período e começo de 1989 o governo começou a adotar medidas de austeridade, suspendendo inclusive as reformas. Pela primeira vez o PIB caiu na década de 80, atingindo -4% em 1988. Logo a taxa de inflação começou a declinar até atingir 2% em 1990 e 3% em 1991 (gráfico 2).

Gráfico 2



Com a inflação sob controle as medidas de austeridade foram suspensas e a economia voltou a crescer mais de 4,1% em 1990 e 8,2% em 1991.

A quarta fase de 1991 e 1994 foi caracterizada por mudanças no sistema de preços e salários e no sistema tributário. Alguns preços, como grãos e óleos vegetais, anteriormente fixados pelo governo em níveis baixos, foram liberados e aumentados em mais de 50% em maio de 1991 e 40% em abril de 1992. Os salários foram aumentados para compensar.

Como resultado desses ajustes, a inflação voltou a aumentar e o PIB passou a crescer a taxas recordes, principalmente a partir de 1992. Nesse ano a economia cresceu 13,6% (a inflação chegou a 5,4%), em 1993, 13,4% com a inflação atingindo dois dígitos (em torno de 13%) e em 1994, 11,8% (com a inflação já atingindo os 15%). Para 1995 previa-se que, com algumas medidas de desaquecimento da economia, a taxa do PIB cairia para menos de 12% e a inflação recuaria para a casa dos 11%.

Para reduzir alguns entraves institucionais ao funcionamento do novo modelo econômico e aumentar a arrecadação o governo chinês implantou em 1994 um novo sistema tributário, destinado a simplificar o processo de cobrança, consolidar as leis fiscais, racionalizar o processo fiscal em nível local e estadual e distribuir melhor a carga tributária.

A espinha dorsal do novo sistema foi a criação do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) padronizado, para incidir sobre a produção, atacado, varejo, importação etc. e do imposto de renda sobre pessoas físicas e jurídicas. Outros impostos foram criados ou consolidados para incidir sobre imóveis, excesso de lucro nas transações imobiliárias etc.

Nessa etapa o Governo passou a dar também maior atenção ao pesado fardo (para o orçamento geral) representado pelos subsídios para as empresas estatais e preços. Em 1993, quase 7,2 bilhões de dólares foram alocados no orçamento para essas empresas para compensar perdas. A liberação da indústria açucareira e aumento nos preços dos grãos e óleos vegetais fizeram com que os subsídios a preços caíssem 25% em 1993, em relação a 1990 (6,9 bilhões de dólares). Para 1994 estão previstos 4,32 bilhões de dólares somente para subsidiar preços, o que indica a necessidade de reformas mais profundas no setor estatal e no sistema de preços.

As estatísticas chinesas são contraditórias com relação à posição financeira das empresas estatais. Entretanto, informações da Comissão do Estado para a Economia e Comércio mostram que as estatais tiveram prejuízos de 22,6 bilhões de dólares em 1993. Além disso a produção das "joint ventures", cooperativas e empresas estrangeiras cresceu 46,2% nesse ano, enquanto a indústria estatal cresceu apenas 6,4% (Quadro 1).

As causas são bem conhecidas, idênticas às que assolam o sistema estatal em outros países: excesso de funcionários, grande volume de débitos, custos elevados, baixa produtividade, tecnologia ultrapassada etc.

Embora não se espere no curto prazo que as taxas de inflação e do PIB atinjam os níveis de 1988 e 1989, a verdade é que a administração da política monetária gerida pelo Banco do Povo da China (BPC), que é o banco central, é dificultada pelo tamanho e ineficiência do setor estatal chinês, pelas condições híbridas do sistema econômico e do vínculo político-institucional do Banco ao governo. Esse fato cria um viés expansionista de três maneiras.

A primeira é que, além de ser o caixa do Tesouro, o BPC é responsável pela cobertura do déficit público, ainda que recentemente a emissão dos títulos no mercado doméstico tenha permitido reduzir os desembolsos diretos. Como no fim do período fiscal o banco é obrigado a cobrir o déficit estatal cada vez maior, surgem sempre aumentos não planejados na oferta de moeda que terminam gerando aumento nos preços.

Em segundo lugar, o BPC sobre constantes pressões por parte dos membros do Conselho do Estado (ministros) e dos governos provinciais, sendo sempre obrigados a aumentar os empréstimos para as empresas estatais e honrar seus compromissos não pagos, já que do ponto de vista político falência e fechamento de estatais são ainda um tabu para o atual regime. O quadro 2 mostra alguns indicadores monetários e a evolução do déficit público entre 1990 e 1995.

Outros fatores que geram pressões inflacionárias são os investimentos estrangeiros, quando inter-nalizados. Como pode ser observado no quadro 3, os investimentos diretos aumentaram de 7,6 bilhões de dólares em 1990 para 121,40 bilhões em 1993, devendo ter atingido 71,0 em 1995.

Quadro 1  
Crescimento da Produção Industrial  
1991-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
ESTATAL	9,1	12,4	5,7	5,5	1,2
COLETIVO	38,4	39,3	36,0	21,4	17,8
PRIVADO	31,2	52,9	68,0	28,0	20,4

Fonte: USDA.

(\*) Dados Preliminares.

Quadro 2  
CHINA  
Principais Indicadores Monetários  
1990-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
MOEDA EM CIRCULAÇÃO	68,2	78,40	101,60	24,50	104,5
DEFICIT PÚBLICO	1,20	4,30	15,60	74,00	98,00
RESERVAS	21,70	19,44	21,20	49,68	54,1
INVESTIMENTO FIXO	30,15	137,96	216,28	384,68	306,7

Fonte: USDA, The Economist, June 1, 1991.

(\*) Dados Preliminares.

Quadro 3  
Investimentos Diretos na China  
1990-1995

	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
HONG KONG	1,94	7,50	41,53	76,75	78,69	33,58
JAPÃO	0,45	0,81	2,17	2,96	4,44	6,84
USA	0,36	0,55	3,12	6,81	6,01	5,43
TAIWAN	1,00	3,43	5,54	9,96	5,29	9,73
OUTROS	1,83	1,21	11,29	24,91	23,53	21,48
TOTAL CONTRATADO	7,59	15,51	63,66	121,40	88,07	71,06

Fonte: Newsweek, April 1, 1996.

(\*) Dados preliminares.

Para se ter uma idéia da magnitude dos impactos basta verificar que em 1990 e 1993 os investimentos diretos aumentaram 16 vezes.

A última fase iniciou-se em 1994 com a nova política de mudar o perfil da industrialização por meio da implantação das cinco indústrias "pilares" mencionadas, bem como a busca de solução para o problema do dualismo criado pela existência de duas Chinas: a capitalista que hoje é a força dinâmica do país, localizada na zona costeira, e a China estatal que, apesar de todas as mazelas, permanece basicamente intocada.

Os gargalos representados pela China socialista vão desde o sistema financeiro estatal, no qual os bancos insolventes continuam a operar de forma temerária e ineficiente sob a proteção dos guardachuvas do Estado, até a infra-estrutura do país, operada por empresas públicas.

Tudo indica que está chegando o ponto em que o futuro do desenvolvimento da China vai depender da forma e da rapidez com que o governo buscar reformar o gigantesco setor estatal (com mais de 200 milhões de empregados e dependentes), pois apesar da perda de importância na atividade econômica (na década de 70 contribuía com mais de 90% do PIB, hoje contribui com menos de 40%) as estatais ainda controlam setores vitais da economia, tais como finanças, telecomunicações, indústria pesada, eletricidade e infra-estrutura.

Na realidade, a China pode até tornar-se em poucas décadas a maior economia do mundo, na medida em que foi mantido o padrão de crescimento verificado nos últimos anos. Contudo, sem uma profunda reformulação do setor estatal, isso dificilmente ocorrerá; caso se concretize, ela corre o risco de ser a maior economia do mundo com to-

dos os problemas de país subdesenvolvido (infra-estrutura deficiente, grande parte da população vivendo no campo em nível de subsistência, baixos salários e renda per capita muito inferiores aos dos países do primeiro mundo(7)).

Apesar da evidente crise das empresas estatais (no primeiro semestre de 1994 a inadimplência entre elas atingiu US\$ 41,8 bilhões contra 27,6 bilhões do período anterior), o regime chinês continua a considerá-las como espinha dorsal da economia, mantendo injeção de grande volume de recursos do Estado para o seu funcionamento. Em 1994, por exemplo, foram aplicados US\$ 101,5 bilhões.

### 3. A AGRICULTURA NA CHINA 3.1. O Sistema Produtivo

Com a implantação do regime comunista em 1949, foi elaborada de imediato uma reforma agrária de transição, complementada pela criação de cooperativas rurais. Em seguida, organizaram-se as comunas rurais que, até o advento das reformas econômicas, constituíram a base dos sistemas de produção agrícola.

Obcecado pela idéia de resolver o problema alimentar da China por intermédio de grande esforço interno, o governo, liderado por Mao Tse-Tung, procurou estimular a mecanização, a adubação do solo e irrigação mediante programas de assistência ao agricultor.

Considerando a situação existente, a política agrícola comunista nas primeiras décadas conseguiu surpreendentes resultados em termos do objetivo de auto-suficiência. No entanto, a incidência frequente de calamidades (como secas e inundações) provocou flutuações na produção e o excessivo controle do Estado na distribuição (como a entrega mandatária da produção obtida

(7) Considerados os baixos salários pagos na China (entre 50 e 100 dólares por mês), e os preços simbólicos de alguns itens básicos (da parte que ainda está nas mãos do Estado), alguns economistas do Banco Mundial sugeriram que o PIB chinês calculado pelo critério do poder da compra poderia ser quase quatro vezes maior (US\$ 2,5 trilhões) e a renda per capita em torno de 2.000 dólares, pois cada dólar na China compraria mais que nos Estados Unidos, ou Japão. Acontece, porém, que no sistema de vida moderno (que a China está incorporando cada vez mais) a população não precisa apenas de alimentos básicos. Mais e mais produtos (inclusive alimentares) que fazem o conforto da vida moderna como eletrodomésticos, automóveis, etc. passam a ser incorporados ao padrão de consumo. E esses produtos continuam sendo muito mais baratos fora da China.

ao governo a preços artificialmente baixos) trouxe desestímulos ao setor produtivo, que entrou num processo de estagnação.

Como consequência, a reforma iniciada em 1979 teve primeiramente como alvo a liberalização do setor agrícola. A adoção do chamado "Sistema de Responsabilidade da Produção ao Agricultor" transferiu as decisões de produção, das centrais de planejamento para o produtor individual e sua família. Em 1984, a agricultura familiar contribuiu com mais de 95% da produção. Na distribuição, o novo sistema passou a permitir que os produtores vendessem ao preço de mercado o que excedesse a quota de entrega ao governo.

Na forma como funciona desde 1985, os agricultores negociam contratos de produção com as cooperativas para cultivar uma determinada área. De acordo com o contrato eles são obrigados a entregar parte especificada da produção como pagamento pelo uso da terra, e de insumos a preços fixados. O Estado, por intermédio das cooperativas, pode adquirir além da quota contratada, mas tem que negociar os preços.

No início esses excedentes negociáveis eram inexpressivos. Em 1979 chegavam a menos de 10% nos grãos. Com o avanço de liberalização chegaram a 50% em 1989 e, atualmente (1995), alcançam mais de 90%. Na área dos óleos vegetais, a porção livre aumentou 17 vezes entre 1978 e 1991, chegando a 41% das compras estatais nesse ano, e mais de 70% em 1995. Nos hortigranjeiros (incluindo carne de porco) os preços de aquisição são todos negociados.

A despeito da liberalização na área mencionada, o governo ainda controla de maneira rígida a produção e distribuição de algodão, fumo, seda e madeira.

Com essas mudanças a produção per capita de grãos cresceu de

317 kg em 1978 para 376 kg em 1991 e 390 em 1995, apesar do declínio observado na área cultivada e no crescimento populacional de 1,5% ao ano. No setor de oleaginosas e carnes os ganhos foram ainda maiores, crescendo em média 8% ao ano(8).

Em termos da produção global os primeiros dez anos pós-reformas (1979/81 e 1989/91) representaram ganhos significativos na produtividade dos principais produtos.

No caso de arroz, apesar do decréscimo na área de 33,68 milhões de hectares para 32,79 milhões de hectares a produção cresceu de 106,90 milhões para 138,34 milhões (29,4%), em função do aumento de 33,1% na produtividade. No trigo, no mesmo período, a área cresceu de 28,96 milhões de hectares para 30,51 milhões (5,3%), mas a produção evoluiu mais de 60% (de 59,19 milhões de toneladas para 95,0 milhões), em função de um substancial ganho de produtividade (mais de 54%).

No milho, também o incremento de produtividade (42,4%) conjugado com o aumento de área (5,5%) fez com que a produção no período passasse de 60,61 milhões de toneladas para 91,51 milhões.

Apesar de a área plantada com soja ter-se mantido estável (de 7,50 para 7,56 milhões de hectares), a produção passou de 8,24 para 10,31 milhões de toneladas (25% de aumento). A produtividade se elevou de 1,10 kg/ha para 1,36 kg/ha.

No algodão, observou-se o maior crescimento de área (18,7%) que, conjugado com o aumento de produtividade de 50%, provocou um acréscimo de quase 70% na produção, passando de 2,62 milhões de toneladas para 4,66 milhões.

Na década de noventa a produtividade dessas culturas continuou crescendo consideravelmente (menos a do algodão). Comparando-

se a média 1993/95 com a média 1985/91, observou-se que a do arroz cresceu 38,6%, a do trigo 8,3%, a do milho 12,9% e a de soja 15,4%. A do algodão permaneceu basicamente a mesma. Considerando-se todo o período pós-reforma, os aumentos de produtividade foram os seguintes: arroz, 84,5%; trigo, 65,2%; milho, 60,8%; soja, 42,7% e algodão, 49,8%.

Em termos de área plantada, na década de 90 somente a soja apresentou um crescimento substancial (13,7%). O arroz e o algodão registraram quedas de 9,2% e 9%, respectivamente.

Além de mudança no modelo de exploração agrícola que, conforme os números demonstraram, tiraram a agricultura chinesa da estagnação, a política de liberação incluiu estímulo à expansão da agroindústria rural, principalmente por intermédio de financiamentos concedidos pelo Banco Agrícola da China (BAC). Esse banco, criado em 1979, administra os empréstimos rurais, fornece serviços bancários, financia as aquisições do governo e os subsídios para compra de insumos.

As operações de apoio ao desenvolvimento do setor rural do BAC aumentaram de pouco mais de US\$ 1 bilhão em 1979 para mais de 5,4 bilhões em 1990. Para 1995 estima-se que as aplicações devem atingir mais de US\$ 10 bilhões, a maior parte para as empresas rurais. Apesar de ter menos de 38% da população chinesa, e 11% da área, a região costeira, devido à facilidade para exportação, recebe mais de 55% dos empréstimos.

Além dos principais produtos mencionados, a China produz outros tipos de grãos e oleaginosas, tais como: sorgo, painço, cevada, aveia etc. Os Quadros 4 e 5 fornecem a evolução da produção e da produtividade dos grãos entre 1987 e 1995.

(8) A existência de dois sistemas de preços funcionando na economia cria dificuldades de se prever o comportamento dos produtores e consumidores em alguns momentos, no curto prazo, em função de pressões das autoridades locais. Em 1992, por exemplo, em função dos preços baixos de mercado esperava-se uma queda na produção de milho. Entretanto, o governo usou métodos administrativos para manter a área e em 1993 obteve-se a produção recorde de 103 milhões de toneladas.

**Quadro 4**  
**CHINA**  
**Produção de Grãos**  
**1987-1995**

	Milhões de Toneladas								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
ARROZ	173,88	165,11	180,13	189,33	185,81	186,22	177,70	175,93	179,00
TRIGO	25,84	85,43	90,81	98,23	96,00	101,59	106,70	99,30	102,00
MILHO	79,24	77,35	78,93	96,82	98,77	95,38	102,70	99,28	102,00
SORGO	5,43	5,59	4,44	4,68	4,90	5,10	5,00	4,8	4,9
PAINCO	4,54	4,41	3,75	4,58	4,00	4,20	4,20	4,1	4,3
CEVADA	3,72	6,18	5,69	3,93	3,46	4,00	4,20	4,18	4,4
OUTROS	88,86	30,07	25,8	28,1	27,25	29,08	32,14	34,21	32,4
TOTAL	381,51	374,14	389,55	426,67	418,19	425,57	432,64	421,8	434,00

Fonte: USDA.  
(\*) Dados preliminares

**Quadro 5**  
**Produtividade dos Grãos**  
**1987-1995**

	T/ha								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
ARROZ	5,41	5,29	5,51	5,73	5,64	5,80	5,86	5,80	5,90
TRIGO	2,98	2,97	3,04	3,19	3,10	3,33	3,52	3,27	3,33
MILHO	3,92	3,43	3,88	4,52	4,58	4,53	4,96	4,79	4,92
SORGO	2,91	3,14	2,72	3,67	3,50	3,64	3,73	3,58	3,65
PAINCO	1,69	1,76	1,57	2,01	1,79	1,95	2,09	2,04	2,13
CEVADA	2,89	3,19	2,93	3,25	2,88	3,20	4,43	4,40	4,63
AVEIA	1,10	1,19	1,08	1,17	1,12	1,19	1,19	1,18	1,18

Fonte: USDA.  
(\*) Dados preliminares

Em termos de oleaginosas a produção e a produtividade dos Quadros 6 e 7 mostram a evolução no mesmo período.

**Quadro 6**  
**CHINA**  
**Produção de Oleaginosas e Algodão**  
**1987-1995**

	Milhões de toneladas								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
SOJA	12,46	11,64	10,25	11,00	9,71	10,30	15,31	16,00	16,00
ALGODÃO	7,21	7,05	6,34	7,66	8,66	7,66	6,37	7,05	7,10
AMENDOIM	6,17	5,69	5,36	6,37	6,30	5,95	8,42	7,31	8,13
COLZA	6,60	6,04	5,74	6,95	7,43	7,65	6,93	6,81	7,11
GIRASSOL	1,24	1,18	1,06	1,34	1,42	1,47	1,25	1,24	1,25
OUTROS	0,01	0,01	0,08	0,0	0,0	0,01	0,01	-1,41	0,24
TOTAL	33,69	30,61	28,45	33,32	34,52	33,04	38,29	37,00	39,8

Fonte: USDA.  
(\*) Estimativa.

**Quadro 7**  
**Produtividade de Oleaginosas e Algodão**  
**1987-1995**

	T/ha								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
SOJA	1,48	1,43	1,27	1,43	1,37	1,43	1,56	1,55	1,58
ALGODÃO	1,49	1,27	1,24	1,37	1,48	1,32	1,27	1,40	1,40
AMENDOIM	2,04	1,95	1,79	2,19	2,18	2,00	2,49	2,16	2,18
COLZA	1,25	1,02	1,09	1,26	1,21	1,28	1,31	1,33	1,38
GIRASSOL	1,40	1,42	1,48	1,83	1,47	1,82	1,85	1,78	1,84
OUTROS	6,65	0,78	0,60	0,90	1,02	0,95	0,97	0,96	0,89

Fonte: USDA.  
(\*) Estimativa.

A evolução da produção das principais carnes está configurada no Quadro 8.

O Quadro 8 mostra que entre 1979 e 1985 a produção de todos os tipos de carne cresceu mais do que a população (27,3%). A produção de carnes de frango e bovina foi bem superior às demais; ambas cresceram quase quatorze vezes. Vale salientar que, entre 1952 e 1978, a produção de frango acompanhou apenas o crescimento populacional.

A produção de carne suína elevou-se de 10,0 milhões de toneladas para 34,6 milhões (3,46 vezes) e a ovina passou de 380,4 mil toneladas para 1.863,1 (4,9 vezes). Entre 1952 e 1978 a produção de suínos cresceu 30,5%.

Em termos de rebanho, a China possui grande diversidade que inclui búfalos, camelos etc. O Quadro 9 mostra a evolução do rebanho chinês por tipo de animal.

Outro produto importante na agricultura da China é o açúcar, extraído tanto da cana-de-açúcar como da beterraba. O Quadro 10 mostra a evolução da produção, área e produtividade entre 1985 e 1995.

Talvez em função de liberalização tardia (1991), o setor açucareiro não tenha tido um desempenho semelhante ao dos demais setores.

No caso do açúcar de cana, a produtividade no período não apresenta uma tendência nítida de crescimento (como nos grãos), e as variações decorrem mais de fatores climáticos. Em 1986, por exemplo, ela chegou a 5.190 kg/ha, 7,6% acima do ano anterior. Mas nos dois anos seguintes caiu novamente, e só iniciou o processo de recuperação em 1989, até atingir o máximo em 1992 (1.240 kg/ha), para cair novamente (- 16,8%) em 1994. Com o açúcar de beterraba, igualmente a produtividade máxima foi obtida em 1992 (2.500 kg/ha), cerca de 59,2% superior à de 1985. No entanto, caiu quase 33% nos dois anos posteriores. A área plantada cresceu 39,7% entre 1985 e 1991, quando chegou a 784.000 ha;

Quadro 8  
Produção de Carnes  
1979-1995

	BOVINA	SUINA	OVINA	AVES	TOTAL	POP. (*)
1979	229,86	10,014	380,41	557,3	11.181,5	928,9
1980	268,70	11,341	444,35	754,5	12.808,5	943,1
1981	248,41	11,894	476,07	766,0	15.355,5	987,3
1982	265,56	12,718	523,93	972,1	16.461,6	972,1
1983	314,83	13,161	544,66	1.183,3	17.186,7	986,0
1984	372,96	14,447	585,75	1.402,8	18.792,5	1.002,0
1985	440,00	15,807	629,95	1.659,6	20.521,5	1.017,0
1986	589,00	17,960	622,00	1.879,0	23.036,0	1.033,0
1987	792,00	18,349	719,00	2.020,0	23.867,0	1.048,0
1988	985,12	20,176	802,00	2.744,0	26.695,1	1.064,0
1989	1.071,11	21,238	962,00	2.820,0	27.018,0	1.081,0
1990	1.256,00	22,811	1.068,00	3.200,0	30.325,0	1.098,0
1991	1.535,00	24,523	1.180,00	4.000,0	33.239,0	1.115,0
1992	1.803,00	26,353	1.250,00	4.500,0	35.898,0	1.141,7
1993	2.337,00	28,544	1.374,00	5.700,0	39.948,0	1.168,6
1994	3.300,00	32,000	1.600,00	6.600,0	45.494,0	1.184,1
1995 (**)	3.894,00	34,660	1.863,10	7.590,0	47.989,1	1.200,1

Fonte: USDA

(\*) Milhões de pessoas

(\*\*) Estimativas

Quadro 9  
CHINA  
Pecuária - Tamanho do Rebanho  
1987-995

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (**)
SUÍNOS	327,23	342,22	352,81	362,41	369,65	384,21	393,00	407,1	421,5
BOVINOS	94,65	97,95	100,75	102,88	104,89	107,84	111,16	112,7	115,4
CAVALOS	10,69	10,54	10,29	10,17	10,09	10,02	9,96	9,80	9,70
MULAS	10,84	11,05	11,14	11,49	11,61	11,61	11,50	11,40	11,30
OVINOS	102,65	110,57	113,51	112,82	110,86	109,72	111,62	114,62	115,4
CAPRINOS	77,69	90,96	98,13	97,21	95,26	97,61	105,70	107,49	108,2
BÚFALOS	21,30	21,65	21,40	21,69	21,02	ND	ND	ND	ND
CAMELOS	0,48	0,47	0,47	0,46	0,44	0,40	0,37	0,39	0,41
AVES (**)	2.920	2.744	2.820	2.229	39,50	4.542	5.300	6.600	7.800

Fonte: USDA

(\*) Estimativa

(\*\*) Produção de carne de frangos, patos e galinhas (em 1.000 t)

Quadro 10  
CHINA  
Produção de Açúcar

	AÇÚCAR DE CANA (BRUTA)			AÇÚCAR DE BETERRABA		
	PRODUÇÃO (1000 T)	ÁREA (1000 HA)	PRODUTIVIDADE (KG/HA)	PRODUÇÃO (1000 T)	ÁREA (1000 HA)	PRODUTIVIDADE (KG/HA)
1985	4.658	963	7.820	880	561	1.570
1986	4.934	950	5.190	840	520	1.620
1987	4.071	859	4.740	635	498	1.280
1988	4.340	929	4.680	1.172	745	1.570
1989	4.341	960	5.080	762	569	1.350
1990	4.343	1.009	5.200	1.523	670	2.270
1991	6.677	1.364	5.740	1.815	784	2.320
1992	6.650	1.230	5.340	1.650	660	2.500
1993	7.380	1.088	4.940	1.123	598	1.880
1994	5.000	1.045	4.780	1.000	380	1.720
1995	5.900	1.131	4.690	1.200	672	1.790

Fonte: USDA

em seguida caiu para 580.000 ha; para 1995 espera-se 672.000 ha.

A produção total dos dois tipos de açúcar (aproximadamente menos da metade da brasileira) representou, em 1995, 5,6% da produção mundial, que é de 117.916 mil toneladas, o mesmo que em 1985, quando a produção era de 98.708 mil toneladas.

O valor relativo da produção agrícola total (considerando agricultura e indústria) vem decrescendo consideravelmente, na medida em que o processo de industrialização avança. Em 1991, a agricultura (que representava mais de 60% da produção em 1980) contribuiu com 22,4%. Em 1993 caiu para 17,2%. Os dados preliminares indicam que em 1995 tenha caído para menos de 15% (Quadro 11).

Apesar de representar menos de 15% do valor de produção, o setor rural continua empregando mais de 70% da população.

### 3.2. O Consumo de Produtos Agrícolas

O rápido desenvolvimento industrial da China, acompanhado do crescimento substancial da produção agrícola a partir de 1979, está provando, em termos de consumo, os efeitos do progresso econômico, melhoria dos hábitos alimentares, com o consumo maior de proteínas animais e cereais nobres.

Em virtude da baixa renda per capita e do alto grau de intervenção do governo (subsidiando os consumidores urbanos), o padrão de consumo pouco mudou até 1979. O consumo per capita de carne de aves, por exemplo, permaneceu o mesmo por mais de 30 anos (400 g), o de carne de porco cresceu 30% (5.400 g para 7.700 g), o de carne bovina e ovina 66% (de 900 g para 1.500 g) e o de trigo pouco mais de 30%.

Após a implantação das reformas, o consumo per capita de trigo passou de 50 kg em 1978 para mais de 100 kg em 1995 (Gráfico 3).

Quadro 11.  
CHINA  
Valor de Produção Agrícola e Industrial  
1991-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
INDÚSTRIA	2.825	3.707	5.069	7.109	9.529
AGRICULTURA	816	909	1.100	1.325	1.680
TOTAL	3.641	4.616	6.169	8.434	11.209

Fonte: USDA.  
(\*) Dados Preliminares.  
RMB = Moeda Chinesa.

Gráfico 3.  
CHINA

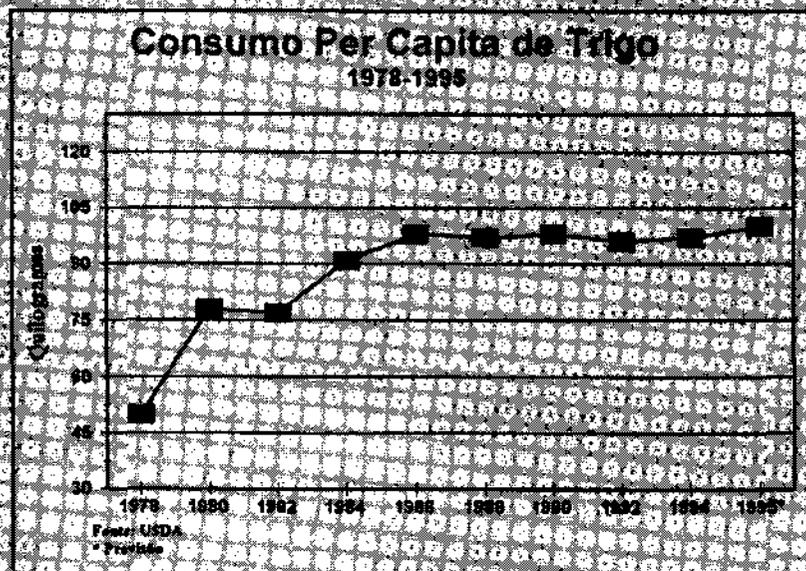
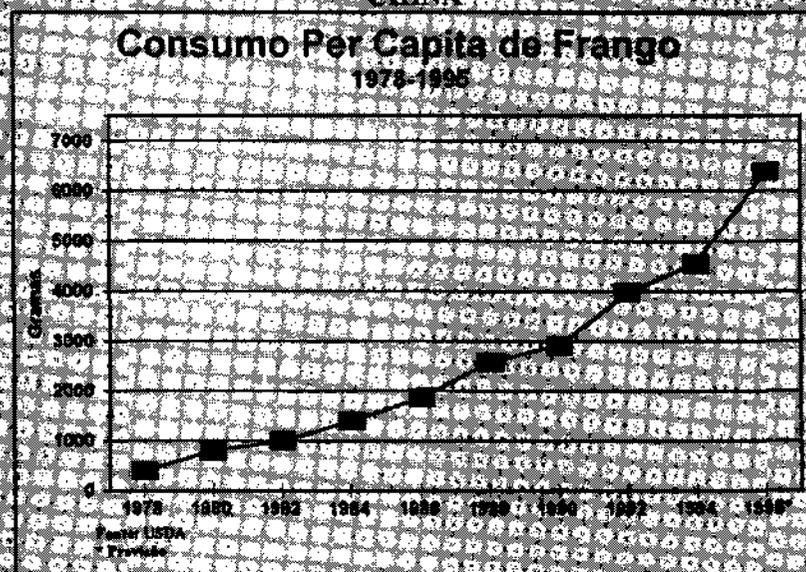


Gráfico 4.  
CHINA



O consumo per capita de frango passou de 400 g em 1978 para 5.750 g em 1994, prevendo-se seja aumentado para 6.390 g em 1995 (Gráfico 4).

Apesar do crescimento do consumo de frango na China, ele se situa bem aquém do verificado em outros países, como o Brasil (24,14 kg) e Estados Unidos (38,48 kg).

No tocante ao consumo de carnes vermelhas, o principal aumento foi verificado na carne bovina, que cresceu quase que na mesma proporção da carne de frango. O Quadro 12 mostra a evolução do consumo das carnes vermelhas entre 1978 e 1995.

O consumo per capita de carne bovina, como enfocado, apresentou maior crescimento (27,4 vezes) entre 1978 e 1995. Entre 1978 e 1980, período inicial das reformas, praticamente dobrou, passando de 142 g per capita para 284 g. A carne suína, que de longe é a mais consumida da China, cresceu quase 4 vezes entre 1978 e 1995, passando de 7.700 g para 29.175 gramas. O consumo de carne ovina cresceu 6,53 vezes.

Fora o caso de trigo, que a China tem importado em quantidades significativas desde as colheitas desastrosas dos anos 60, o crescimento do consumo vem sendo atendido por aumentos na produção. Na realidade, no tocante aos demais produtos importantes como carnes, arroz, açúcar e milho, a China tem sido exportadora. Ela importa e exporta grandes volumes de algodão, mas no período 1989/92 foi importadora líquida. O crescimento das importações de cevada, que aumentaram de 245.580 t para mais de 900.000 toneladas (67%), foi para atender a expansão da produção de cerveja destinada às exportações, que cresceram 114% no período mencionado.

Quanto ao açúcar, o consumo per capita está em 6,2 kg (7,1 vezes menor que o do Brasil); entre 1989 e 1991 a China importou líquidamente 2.383 mil toneladas para

Quadro 12  
CHINA  
Consumo Per Capita de Carnes Vermelhas

	Bovino	Suína	Ovino
1978	142	7700	240
1980	284	12025	471
1982	273	13077	538
1984	372	14418	584
1986	511	16824	686
1988	925	18962	752
1990	1144	20775	972
1992	1594	23300	1102
1994	2832	27467	1373
1995*	3894	29175	1568

Fonte: USDA.

(\* Dados Preliminares)

atender o consumo interno. A partir de 1992 a proporção exportação/importação cresceu mais ainda. Em 1995, por exemplo, exportou apenas 420 mil toneladas e importou mais 2,5 milhões de toneladas.

As importações médias de trigo entre 1960 e 1976 foram de 4,4 milhões de toneladas. Entre 1976 e 1986 passaram para 9,8 milhões. Entre 1987 e 91 subiram para 13,7 milhões. Em 1992 o total importado caiu para 11,2 milhões e em 1993 para 7,3 milhões. Em 1995 foram importados mais de 14 milhões.

O Gráfico 5 mostra, entre 1975 e 1995, a evolução das importações de algodão.

O setor têxtil da China está enfrentando, atualmente, grande crise em função do aumento dos preços (133%) provocado pela desregulamentação. Durante muito tempo o setor beneficiou-se dos preços baixos fixados pelo governo e por vários subsídios. Como consequência da nova política as empresas estatais do setor têxtil estão operando com grandes prejuízos. O esforço atual-

mente é dirigido às exportações de roupas.

No tocante a óleos vegetais comestíveis, o Gráfico 6 trata da relação entre produção, consumo e importações no período 1987/95.

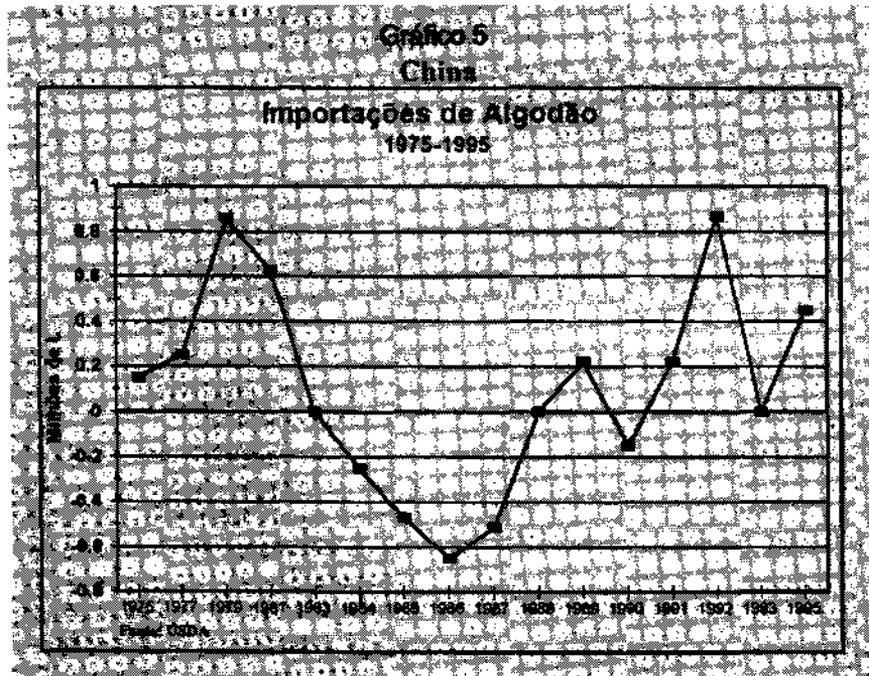
O gráfico 6 mostra que a China tem sido importadora de óleos vegetais comestíveis, com quantidades variando na década de 80 entre 694 mil toneladas em 1988 e 1.837 mil em 1989. Na década de noventa, as importações variaram entre 1.070 mil toneladas em 1992 e 3,50 milhões em 1995. Nesse ano o consumo per capita passou para 8,20 kg.

### 3.3. Perspectivas de Produção e Consumo

Existe atualmente uma grande discussão mundial em torno do papel da China no futuro, principalmente em torno do consumo e produção de alimentos, acirrada depois da publicação do artigo de Lester Brown(9).

Segundo o artigo, com o progresso econômico a China está subindo na cadeia alimentar, (isto é, consumindo mais trigo, carne, peixe, ovos e produtos lácteos, frutas e óleos vegetais)(10), perdendo áreas agricultáveis e exaurindo a capacidade de aumentar a produtividade.

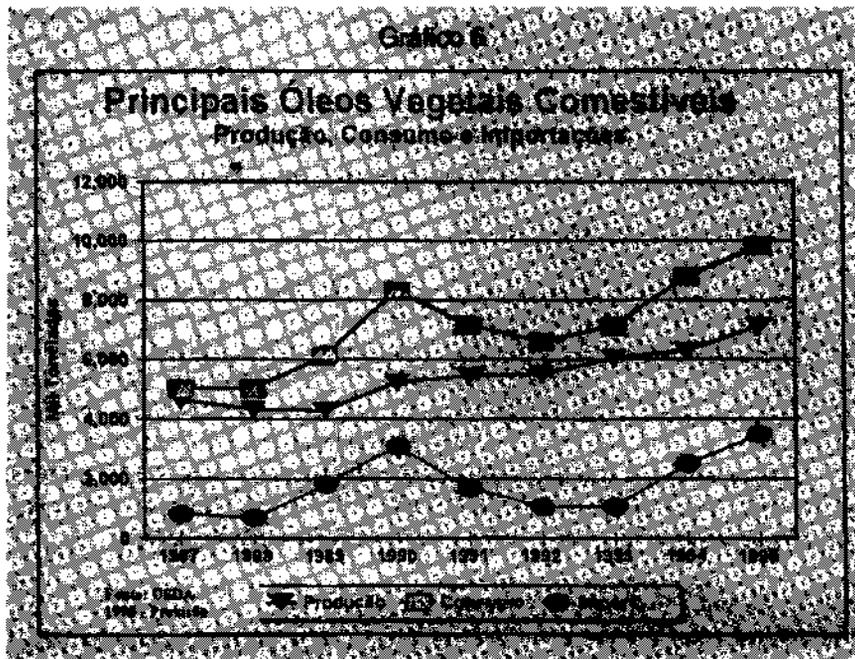
A área agricultável de grãos seria reduzida pela metade no ano 2030, seguindo o padrão dos outros países ricos da Ásia: urbanização de área agrícola, abandono de pequenas áreas marginais, declínio na rotação das culturas (que é vital para manter o solo fértil) e aumento na cultura de frutas e legumes que tem maior valor específico (a área com legumes aumentou 2,5 vezes desde 1980). O problema de escassez de água (evidente no norte da China) ficaria agravado pela urbanização e industrialização.



(9) "How China Can Starve the World: It's Booming is Consuming Global Food Supplies", Outlook Section, Washington Post, Agosto 28, 1994.

(10) A partir de 1979, o rápido crescimento do consumo per capita desses alimentos trouxe o padrão dietético chinês para próximo do padrão das economias mais ricas do Sudeste da Ásia.

Gráfico 6



Com isso, o crescimento rápido da demanda chinesa por grãos para produzir carnes e peixes teria que ser atendido pelo resto do mundo. Como os grandes exportadores (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa Ocidental) não teriam capacidade de atender os volumes cada vez maiores, os mercados entrariam em ebulição, com aumentos violentos nos preços, o que provocaria medidas administrativas de embargo por parte dos países exportadores.

Os cálculos feitos com base nas projeções de consumo per capita de cereais, crescimento populacional, produção atual e a meta definida pelo governo para o ano 2000 mostram que as necessidades de impor-

tações vão depender da capacidade de o governo chinês superar as limitações descritas anteriormente. O Quadro 13 mostra as simulações realizadas.

Mantendo o atual nível de produção de cereais (dentro da visão pessimista de Lester Brown) e estimando um aumento no consumo per capita de 29%, as necessidades de importações no ano 2000 chegariam a mais de 52 milhões de toneladas.

Todavia, o desempenho do setor após as reformas indica que esta situação é difícil de ocorrer, mesmo sem a incorporação de novas áreas. No curto prazo, existe bastante espaço para aumentos na produtivi-

dade, cujo nível médio atual em 54% da área total plantada de hectares é ainda baixa (entre 2.500 e 3.000 kg/ha) comparada com as áreas de alta produtividade. O objetivo do governo chinês é justamente chegar a 500 milhões de toneladas no ano 2000, via melhorias tecnológicas nessas áreas.

Aparentemente o problema está na elevada taxa de aumento do consumo per capita. Mesmo assumindo uma redução substancial no crescimento da economia (que por enquanto não está nos planos do governo chinês), é pouco provável que o aumento no consumo seja menos do que 30%. Desta forma, mesmo que a produção de cereais atinja 500 milhões de toneladas o consumo possivelmente ficará acima de 525 milhões, gerando uma necessidade de importações em torno de 25 milhões de toneladas.

Quanto aos óleos vegetais, os dados assinalam que o aumento da renda per capita também está trazendo incrementos substanciais no consumo.

Como demonstrado, nos anos anteriores a 1995 os ganhos na produtividade das principais oleaginosas produzidas na China foram bem mais modestos do que os cereais. Em consequência, as importações cresceram substancialmente. De 1,1 milhão de toneladas em 1992/93, por exemplo, subiram para 2,5 milhões em 1993/94. Em 1994/95 chegaram a 3,6 milhões. Nos próximos cinco anos, algumas estimativas indicam que a China necessitará importar no mínimo 15 milhões de toneladas de óleos vegetais para suprir o mercado doméstico.

O consumo per capita do açúcar aumentou de 5,8 kg em 1985 para 6,2 kg em 1995 (6,8%). Em meados da década de 80 a China foi importadora líquida (um milhão de toneladas). No início dos anos 90 tornou-se exportadora líquida (190 mil toneladas em 91, 1,6 milhão em 92 e 240 mil em 1993). A partir de 94 passa novamente a importadora líquida, com 2,5 milhões em 94 e 2,0 milhões

**Quadro 13**  
**CHINA**  
Necessidade de Importações de Cereais<sup>(1)</sup>  
1995-2000

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
POPULAÇÃO (MILHÕES)	1.200	1.260	1.320	1.377	1.435	1.495
CONSUMO PER CAPITA (KG)	4.500	4.700	4.900	5.05	5.25	5.50
PRODUÇÃO (L.000T)	420.000	427.000	434.000	441.000	448.000	455.000
CONSUMO (L.000T)	537.000	597.000	650.000	703.000	756.000	815.000
IMPORTAÇÕES (L.000T)	117.000	170.000	216.000	262.000	308.000	360.000

(1) Projeção com base em dados do USDA e nas necessidades planejadas do governo chinês.

em 1995. Esse movimento incerto do comércio exterior torna muito difícil traçar uma perspectiva para o açúcar. No entanto, o crescimento estável do consumo e as indicações de que o governo chinês está mais interessado nos cereais permitem deduzir que a produção aumentará pouco com relação a 95. O Quadro 14 mostra uma projeção sobre a necessidade de importação de açúcar até o ano 2000.

aumenta artificialmente o resultado por hectare, o que deixa mais espaço ainda para aumentar a produtividade;

b) mesmo com produtividade superestimada, calcula-se que mais da metade da área plantada opera com baixo nível de rendimento mesmo para

200.000 ha são recuperados a cada ano;

f) a China tem 130 milhões de hectares nas colinas e montanhas, 6,5 milhões de terra arenosa cultivável, 260 milhões de "grassland" e muitas áreas de lagoas, que no longo prazo podem ser cultivadas;

g) há muito espaço ainda para uso de ciência e tecnologia, quando se observa a produtividade máxima obtida na China vis-à-vis a dos países desenvolvidos. No milho, por exemplo, ela está abaixo de 5.000 kg/ha;

h) o governo sempre pode mudar a política macroeconômica; igualmente, os mecanismos de correção do mercado podem alterar as relações de consumo;

i) o governo chinês pretende adotar novas medidas para reduzir mais ainda o crescimento populacional.

Além disso, o crescimento da agricultura chinesa está cada vez mais ligado ao uso de fertilizantes químicos e, nessa área, ainda, existe um potencial muito grande a ser explorado, dado o padrão dos outros países. O Quadro 15 mostra a produção e importação dos diversos tipos de fertilizantes no período 1990/1995.

Em 1995 o governo fez grande investimento para expandir a produção de amônia sintética, uréia e superfosfato. Com isto a produção de fertilizantes deve acompanhar o uso e manter nos próximos cinco anos as importações entre 10 e 15 milhões de toneladas.

Outro fator que limita um crescimento exagerado das importações é a infra-estrutura, tanto viária como portuária.

Dados de 1994 mostram que mais de 65% das importações e 80% das exportações de grãos são realizadas pelos portos de Tiajin, Dalian,

os padrões chineses. Uma das metas do governo é melhorar no curto prazo 16,7 milhões de ha, o que geraria um incremento na produção de 2,5 milhões de toneladas;

c) a demanda por proteína animal aumentará, mas não no ritmo pós-reforma. O consumo per capita de carnes na China já é semelhante ao da Coreia e apenas 10% inferior ao do Japão;

d) atualmente é possível (com a tecnologia disponível) aumentar o índice de "multiple cropping" em 5% (o índice nacional médio é 155%, e o maior 246%). Isso elevaria a produção em 2,0 milhões de toneladas;

e) a China tem 147 milhões de terras desgastadas passíveis de recuperação imediata; atualmente

Quadro 14  
CHINA  
Estatísticas e Necessidade de Importações de Açúcar (\*)

	Produção 1.000 t	Consumo 1.000 t	Exportações 1.000 t	Importações 1.000 t	Consumo Per Capita (kg)	População Milhões
1995	6.500	8.200	420	2.500	6,2	1.200
1996	6.583	8.364		1.769	6,8	1.215
1997	6.643	8.531		1.888	6,9	1.231
1998	6.708	8.701		1.993	7,0	1.247
1999	6.776	8.875		2.099	7,1	1.263
2000	6.863	9.052		2.204	7,2	1.279

(\*) Projeção com base em dados do USDA.

Com relação a prazos mais longos, as perspectivas da participação da China no mercado internacional de cereais, oleaginosas e açúcar (que interessam diretamente ao Brasil) vão depender da capacidade de resposta do sistema produtivo. De qualquer maneira, é pouco provável que em duas ou três décadas (dentro da versão mais pessimista) ela tenha que importar mais de 200 milhões de toneladas de cereais, para abastecer o mercado doméstico com efeitos imprevisíveis sobre os preços. O próprio USDA corrobora pontos de vista do governo chinês de que a China continuará importando produtos agrícolas, mas não em quantidades que provoquem ebulição no mercado internacional ou medidas de contingenciamento. Em resumo os argumentos são os seguintes:

a) historicamente os agricultores chineses sempre declararam a menor a área plantada para reduzir os impostos. Atualmente estima-se que declararam 40% a menos. Isso

Shanghai, Qingdan e pelos portos de Zhanjiang e Huangpu na província de Guangdong (ver mapa anexo). O movimento de carga e descarga nos portos costeiros aumentou 140% entre 1985 e 1994<sup>(11)</sup>. Carvão e derivados do petróleo representam metade do movimento total. Cimento, fertilizante, minérios não metálicos, sal e grãos (que são os menores volumes) representam mais de 25%.

gados por guindastes ou equipamentos provisórios, incluindo "containers" para guardar os produtos. O tempo médio para descarregar um navio de 35.000 toneladas é de 6 a 7 dias.

Para descarregar, por exemplo, 50 milhões de toneladas de grãos, seria necessária uma estrutura com capacidade de 140.000 t /dia. Para manter esse fluxo na atual es-

investimentos com estradas de ferro, pátio de manobras, sugadores etc.

Além disso, existe o problema da estrutura viária, no caso de ter que transportar os produtos para o interior do país. Com o trigo não há problema, pois as quantidades importadas são consumidas nas cidades costeiras. Entretanto, como a avicultura (35%) e suinocultura (60%) estão localizadas no interior do país, produtos como o milho precisam ser levados para regiões distantes por meio do sistema de transporte existente.

O surpreendente crescimento econômico da China após as reformas ainda não atingiu a infraestrutura de transporte, toda controlada pelo Estado. O sistema ferroviário é muito restrito (50.000 km, o 70º do mundo) e o rodoviário é inadequado, com apenas 600 quilômetros de vias expressas. Mais de 2/3 dos fretes são realizados pelas ferrovias, que funcionam a plena capacidade (o 1º do mundo em intensidade de carga). O transporte de produtos e insumos agrícolas representa 10% do frete.

Embora o plano quinquenal (1991-95) tenha destinado perto de US\$ 20 bilhões para ampliar e melhorar o sistema ferroviário, a limitação de recursos inviabilizou a maioria dos projetos. No atual contexto, o governo planeja atrair "joint ventures" para investir e controlar alguns ramais com capacidade saturada e pequenos trechos/tronco com o mesmo problema.

O sistema de rodovias compõe-se, aproximadamente, de 1 milhão de quilômetros e transporta 14% de frete, sendo a maioria das estradas estreita e congestionada. O governo comunista fez grande esforço nesse setor e conseguiu atingir quase todas as cidades e vilas do interior da China. A política atual é atrair capital estrangeiro para construir quatro grandes auto-estradas ligando Pe-

**Quadro 15**  
**CHINA**  
**Produção e Importação de Fertilizantes**  
**1990-1995**

1 000 toneladas

PRODUÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995
NITROGENIO	14.636	15.101	15.705	15.467	17.264	18.300
FOSFATO	4.117	4.597	4.622	4.514	5.320	5.713
POTASSIO	(47)	(97)	(198)	(178)	393	416
PRODUÇÃO O	18.797	19.795	20.479	20.160	23.027	24.408
IMPORTAÇÃO	16.275	18.175	18.590	10.210	10.103	10.710
EXPORTAÇÃO	9.169	9.910	9.767			
APLICADO	25.903	28.051	29.302	30.570	33.130	35.118

Fonte: USDA.  
(\*) Peso efetivo do equivalente em nutriente.

A capacidade portuária praticamente dobrou entre 1986 e 1994, enquanto o número de berços oceânicos aumentou 87%, de 686 para 1.282. A maior parte são berços capazes de acomodar navios com capacidade superior a 10.000 t. Como esses barcos são pouco importantes no comércio internacional e os navios que transportam grãos para a China estão entre 35.000 e 40.000 toneladas, os berços capazes de permitir a ancoragem de navios desse porte é que são os mais importantes. Segundo informações disponíveis, existe menos de uma dúzia desses berços, sendo que apenas um é capaz de permitir navios acima de 60.000t<sup>(12)</sup>.

Na realidade somente o Porto de Tianjin pode acomodar navios maiores, manipulando produtos a granel destinados a Pequim, dentro de um sistema intermodal. Nos demais portos os navios são descarre-

trutura (5.000 t /dia), 28 navios de 35.000 t teriam que ser descarregados simultaneamente em um dia. Assumindo uma taxa de ocupação de 80% (uma taxa que implica demoras e, portanto, maiores custos), faz-se necessário um mínimo de 35 berços de 35.000 t para importação de grãos. Isso sem considerar o uso dos berços para exportações.

A maior importação de grãos feita até o momento com a atual estrutura foi de 17 milhões de toneladas (1995), realizada já com dificuldade e ineficiência. Para converter os atuais berços de 35.000 - 40.000 t para berços de grãos estima-se serem necessários investimentos de US\$ 20 milhões para cada um milhão de toneladas adicionais. Berços completamente novos para acomodar navios de 60.000 t exigiriam US\$ 60 milhões para cada um milhão de toneladas a mais. Isso sem contar

(11) O maior volume a granel de importações (ferro e derivado de petróleo) e exportações (carvão e petróleo cru) é feito em berços especiais para navios acima de 100.000 t. As gruas atualmente usadas para grãos servem também para outras atividades.

(12) Nyberg, A "Ag. Outlook Forum 1996", Speech Booklet nº 3.

quim, Shanghai, Shenzhen e outras grandes cidades e usar excedentes agrícolas para pagar mão-de-obra na expansão e melhoria do sistema existente.

Aproximadamente 15% do frete total doméstico é feito por navios. Recentemente, a China abriu vários portos fluviais como Nanjing, Wuhu, no Yangzi e Heihe, Oike no Heilongjiang (ver mapa anexo) para navios estrangeiros. Para atender a movimentação de produtos agrícolas, no entanto, é necessária a construção de docas, silos, armazéns etc., quase inexistentes.

Finalmente, outro fator limitante é o comércio exterior da China. Por mais que o país venha apresentando uma performance surpreendente nas exportações a partir de 1979 e apresente um grande superávit com os Estados Unidos (US\$ 38 bilhões em 1995(13), com as reformas econômicas, a balança comercial total tende a ficar negativa devido à crescente necessidade de o país importar produtos e equipamentos caros e de alta tecnologia para continuar o processo de modernização. O Quadro 16 mostra os indicadores do comércio exterior.

veis, infra-estrutura etc., o futuro da China no mercado internacional de produtos agrícolas continua sendo uma grande incógnita, mesmo no curto prazo. Uma queda na safra de grãos de 10% a 20%, por exemplo, devido a fatores climáticos, pode levar a China a importar de 10 a 15 milhões de toneladas de cereais a mais de um ano para outro. E o oposto também pode ocorrer, tal como em 1992 e 1993, quando a China foi exportadora líquida.

É importante não esquecer que o sistema político chinês ainda é regido por princípios autoritários, que em momentos de crise o Governo não terá receios de tomar medidas fortes de restrição às importações, mesmo a custo de grandes sacrifícios por parte da população.

As importações devem manter uma tendência de aumento, mas dentro de limites considerados razoáveis pelo governo chinês.

#### 4. - O BRASIL E O NOVO MODELO ECONÔMICO CHINÊS

Os resultados concretos até agora obtidos pelo novo modelo de desenvolvimento da China podem

as relações bilaterais, tendo em vista principalmente as exportações de produtos agrícolas. A segunda, mais complexa, seria no sentido de levar alguns segmentos da sociedade brasileira a refletir e entender cinco pontos importantes:

- as teorias político-ideológicas, que sempre associaram o subdesenvolvimento à exploração capitalista internacional, perderam validade na medida em que os países comunistas que tinham "cercas" de proteção anti-capitalismo ou estão enfrentando séria crise econômico-financeira, tentando tardiamente adotar a economia de mercado (como a ex-URSS) ou tiveram a visão de adotar anos atrás profundas reformas econômicas, como a China;
- a estatização da produção e distribuição de bens e serviços de natureza econômica fracassou onde foi aplicada;
- o processo de desenvolvimento econômico continua a depender fundamentalmente da combinação capital/tecnologia;
- para atrair capitais, qualquer país precisa criar um ambiente favorável em termos de redução de risco institucional, desregulamentação da economia, incentivos fiscais, simplificação do sistema tributário e infra-estrutura;
- a disputa por investimentos diretos no cenário internacional agravou-se nos últimos anos com a entrada dos países do ex-bloco soviético e da China no mercado.

Quadro 16  
CHINA  
Indicadores do Comércio Exterior  
1990-1995

	US\$ MILHÕES					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
EXPORTAÇÕES	62,02	71,91	85,00	91,76	121,04	136,7
AGRICOLAS	9,77	10,55	15,28	15,87	20,83	15,0
IMPORTAÇÕES	53,35	63,79	80,60	130,95	115,69	139,4
AGRICOLAS	3,47	6,97	8,65	7,73	11,80	17,00
BALANÇO	8,71	8,12	4,40	(42,19)	5,33	(2,7)

Fonte: USDA

De qualquer maneira, vale salientar que, mesmo com todas as informações disponíveis sobre o comportamento da produção, produtividade, consumo, áreas cultivá-

trazer duas implicações para o Brasil. A primeira seria no sentido puramente comercial, da qual, o país tiraria vantagens do grande crescimento do mercado chinês, incrementando

(13) Existem diferenças nas estatísticas de comércio entre a China e os Estados Unidos. As da China reduzem consideravelmente o déficit. A discrepância é causada principalmente pelo papel de Hong Kong, nas relações comerciais entre os dois países. Frequentemente essa cidade serve de entreposto para reexportações para os Estados Unidos.

Como foi visto, a experiência chinesa mostrou claramente como uma mudança de direção no momento certo pode trazer resultados surpreendentes. Após a reforma econômica que envolveu a liberação da agricultura, a criação das Zonas Econômicas Especiais e a abertura da economia, os investimentos diretos somente entre 1990 e 1994 totalizaram US\$ 296,2 bilhões. No mesmo período os investimentos diretos líquidos atingiram no Brasil apenas 17,4 bilhões de dólares(14).

O comércio exterior da China tem crescido a uma taxa média anual de 15% entre 1983 e 1990. Logo após 1979 as exportações deram um grande salto, chegando a atingir a média de US\$ 39,4 bilhões entre 1985 e 1989. Nos anos 80, enquanto o governo chinês aprofundava mais ainda a liberação da economia, o Brasil aprovava uma Constituição que emperrava mais ainda o funcionamento do sistema econômico. O resultado é que essa década de 80 é considerada a década perdida em virtude do desempenho negativo da economia brasileira.

Na década de noventa, enquanto o Brasil ainda enfrenta o dilema de fazer ou não as reformas para livrar a economia de algumas amarras institucionais, a China che-

gou a 1995 com mais de US\$ 136 bilhões de exportações (quase 120% em relação a 1990). No mesmo período as exportações totais brasileiras passaram de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 46,5 bilhões.

Enquanto o PIB chinês cresceu 89,0%, o crescimento do PIB brasileiro não chegou a 12% entre 1990 e 1995 (só teve crescimento positivo relevante em 1994 e 1995). O Quadro 17 mostra a taxa de crescimento do PIB dos dois países entre 1990 e 1995.

A adoção do modelo chinês de criar um setor dinâmico, voltado para o mercado, livre dos entraves e problemas do setor estatal e ao mesmo tempo esse setor perder importância, mais em função do crescimento geométrico do outro, do que propriamente em função de uma política deliberada de desmonte, não tem sentido para o Brasil, por duas razões descritas a seguir.

Em primeiro lugar, o Brasil não precisa mudar o regime político-econômico para adotar a economia de mercado. A China adotou o regime comunista em 1949, por meio de uma revolução. Durante todos esses anos o capitalismo foi execrado em todos os sentidos e o comunismo louvado em terra, no ar, e no mar.

Fica, portanto, extremamente difícil de um momento para outro mudar completamente o sentido da mensagem e adotar em todo o país um sistema econômico, com regras totalmente diferentes, sem provocar sérias rupturas na estrutura produtiva (como aconteceu na ex-URSS).

No Brasil, basta mudar algumas leis que entravam o funcionamento da economia (notadamente na área tributária, trabalhista e previdenciária), e garantem privilégios administrativos absurdos, tomar medidas concretas para retirar o estado da produção e distribuição de bens e serviços (por meio do processo de privatização e quebra dos monopólios estatais) e melhorar a infraestrutura viária.

Além disso, o Brasil enfrenta os problemas de superpopulação vivenciados pela China. A população chinesa chega a 1,2 bilhão de pessoas (22% da população do globo) e tem apenas 7% da área cultivável. O Brasil tem apenas 3% da população do mundo e quase 8% da área cultivável (sem incluir as terras amazônicas), o que coloca o país em situação privilegiada no que se refere à obtenção de vantagens da nova realidade mundial, inclusive como fornecedor de grande quantidade de alimentos para o mercado chinês.

Em termos de comércio exterior, as transações agrícolas da China com o Brasil ainda são insignificantes se comparadas com as transações com os Estados Unidos, Japão, Taiwan etc. No período 1990/95 o maior volume de exportações brasileiras ocorreu em 1994, quando foram exportados US\$ 816,9 milhões. Nesse ano o óleo de soja contribuiu com 93,3%. O menor volume ocorreu em 1992 quando o valor exportado atingiu somente US\$ 59,8 milhões. No ano passado não foi exportado óleo de soja. O Quadro 18 resume o comércio exterior agrícola do Brasil com a China.

**Quadro 17**  
**CHINA E BRASIL**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB**  
**1990 - 1995**

Ano	China	Brasil
1990	9,9	-4,3
1991	7,4	0,3
1992	12,8	-0,8
1993	13,4	4,2
1994	11,8	5,8
1995 (*)	12,5	5,7

Fonte: USDA.  
(\*) Dados Preliminares.

(14) Boletim do Banco Central (suplemento estatístico). Março 1996 p. 375.

Quadro 18  
Comércio Exterior Agrícola Brasil/China  
1990-1995

	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
EXPORTAÇÕES												
ÓLEO DE SOJA	199,5	122,8	98,2	58,0	104,8	41,9	76,7	10,9	762,8	416,9		
UREIA (45%)	167,6	15,4	73,9	10,2	105,0	11,5						
ACÚCAR											563	173,3
TOTAL	479,1	174,0	181,3	79,2	265,7	73,0	49,1	18,2	816,2	479,9	584	173,1
IMPORTAÇÕES												
ALHO							12,8	77,3	27,1	27,9	38,0	25,3
SEME RÍCINO	14,8	6,6	0,3	1,5	3,0	2,9	3,0	1,3				
OLEORCINO												
TOTAL	38,0	13,6	0,7	2,9	12,1	10,8	25,3	22,8	54,4	24,9	53,5	34,3
BALANÇO		160,4		76,9		239,3		13,4		435,1		173,2

Fonte: SECEX (MICT) Q = Quantidade (1.000 t)  
V = Valor (US\$ 1.000)

Nas importações os volumes são ainda mais inexpressivos. O valor máximo ocorreu no ano passado (US\$ 34,5 milhões). Nos três últimos anos o alho foi o produto mais importante. Em 1995 representou 73,9%. Nos anos anteriores o óleo de rícino destacou-se como o principal produto.

As exportações agrícolas representaram em 1995 apenas 14,5% das exportações totais. No entanto, em 1994 chegaram a representar 61,3%. A balança comercial Bra-

sil/China está no Quadro 19.

Como pode ser visto, existe um espaço imenso em termos de comércio que pode ser explorado pelos dois países. Os dados demonstram que o comércio exterior da China está crescendo a taxas superiores a 20% ao ano, devendo as exportações atingir mais de US\$ 150 bilhões em 1996. Mais de 15 milhões de toneladas de cereais, perto de 2 milhões de toneladas de açúcar, e mais de 3 milhões de toneladas de óleos vegetais deverão ser importa-

dos anualmente. A perspectiva do Brasil ampliar o comércio está, em princípio, nessas três áreas e nas exportações de farelo de soja.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá também trazer benefícios para o Brasil, e para os outros participantes, pois significa que a China terá que abrir mais a economia e não poderá mais adotar unilateralmente medidas restritivas ao comércio.

Mesmo com o preenchimento e entrega da proposta de admissão na OMC, o governo chinês aparentemente não tem pressa de abrir mais o seu mercado. Antes quer elevar os padrões de competitividade da indústria doméstica aos padrões mundiais e também espera as condições mais leves concedidas aos países em desenvolvimento.

A despeito das resistências, principalmente por parte dos Estados Unidos, que exigem da China, entre outras matérias, o cumprimento das leis internacionais de propriedade intelectual, a China espera que a sua crescente importância no contexto internacional sirva como uma forma de alavancagem no processo de admissão na OMC.

Na verdade, a China precisa entrar na OMC para deixar de atuar no comércio internacional como marginal e o resto do mundo precisa da China, pois, à medida que o comércio exterior chinês expande-se geometricamente, fica cada vez mais inconveniente para os demais países lidar com uma potência econômica que não está sujeita às leis que regulam o comércio. Ao mesmo tempo, se a China entrar sem dividir as mesmas obrigações, pode no atual contexto tornar as regras sem sentido.

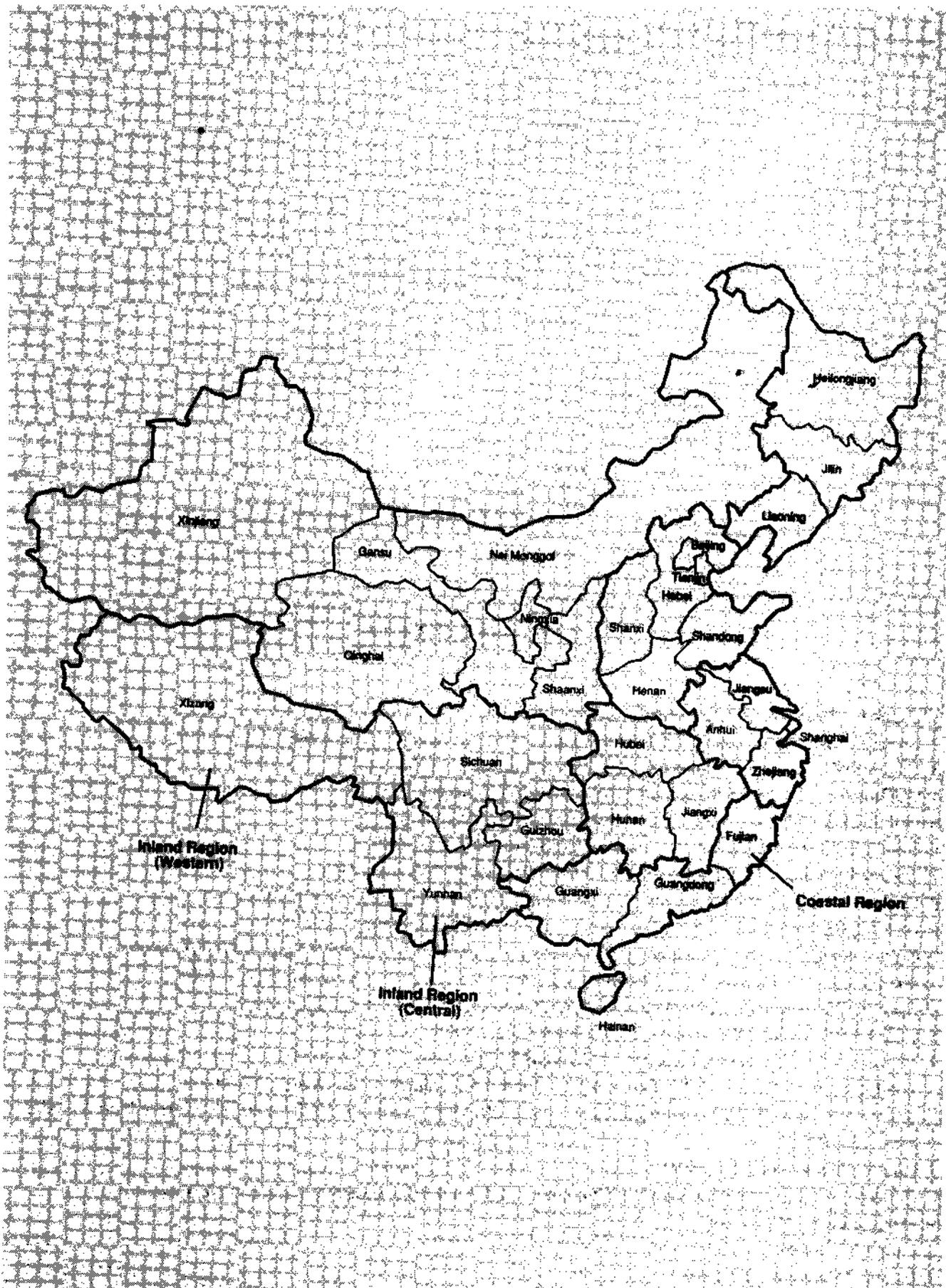
Quadro 19  
Balança Comercial Bilateral - FOB  
Brasil/China

Período	Exportação		Importação	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
1990	3.914.314	381.804	777.130	119.806
1991	4.583.450	226.406	312.473	62.129
1992	5.660.739	468.032	175.941	49.574
1993	8.385.319	779.395	542.398	137.481
1994	8.626.354	822.416	654.123	171.014
1995	9.782.089	1.203.751	840.653	347.292

Fonte: MICT/MP.



548(114) 1-84



---

## BIBLIOGRAFIA

1. Crook F. "1995 China Trip Report" - USDA/FAS/ERS - Sept. 1995
2. Crook F. "December 1995. China. Trip Report" - USDA/FAS/ER - Dec. 1995
3. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, July - 1993.
4. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, August - 1994.
5. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, Jan - 1995.
6. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, August - 1993.
7. USDA/Agricultural Outlook Forum 96 - Seech Booklet, 1, 2, 3. feb - 1996.
8. Crook, F. e outros "Determinants of Weat Import Demond of China, USDA/ERS dez/93.
9. USDA/ERS/AMS/FAS - China Trip Report - U.S. Com Team - Out. - 1994.
10. Colby, Hunter. "Is Self Sufficiency in the Cards for Cotton?, USD/Outlook Forum- Feb/96.
11. Goldberg, J. "China's Agricultural Prospects" - USDA/Outlook Forum, Feb. - 1996.
12. USDA/ERS "Sugar and Sweetener" - Situation and Outlook Yearbook, Dez. - 1995.
13. USDA/ERS "Cotton: World Markets and Trade". Fev. 1996.
14. Tuan, F. "China's Livestock Sector" - USDA/ERS - April. 1987
15. The Economist, Jan.23, 1993 - Out 5. 1991 - June. 1/91 - March. 5/94 - March. 12/94.
16. Newsweek, April, 1, 1996 - April, 5. 1993 - Sept, 20, 1993 - Out, 26, 1992 - Feb, 15, 1993 - June, 7, 1993 - Nov, 15, 1993.
17. Businessweek, March, 4, 1996.
18. Portugal, Alberto "Relatório de Viagem a China", 21/7 a 4/8/95. EMBRAPA, não publicado.
19. Revista Veja - 13/12/1995.
20. Jornal "O GLOBO" - 16/10/1995.
21. Gazeta Mercantil - 6/3/1996.